

# Tramas do cuidado nos limiares da vida e da morte: violência, gênero e tempo nas periferias da cidade de São Paulo<sup>1</sup>

Woof of care on the thresholds of life and death: violence, gender and time in the peripheries of the city of São Paulo

Milena Mateuzi Carmo

Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, São Paulo, Brasil

## RESUMO

Neste texto, trato dos efeitos da violência decorrente de *guerras* envolvendo homens do Estado e do crime que recaem sobre famílias que moram nas periferias da cidade de São Paulo. Demonstro que os impactos vão muito além dos corpos diretamente vitimados, imiscuindo-se nas relações de familiares e vizinhos, perdurando no tempo. Argumento que a violência, absorvida pela vida ordinária, é experimentada e enfrentada não somente por linhas de raça e classe social, mas também por gênero. Enquanto são os homens que estão diretamente envolvidos em conflitos ligados ao controle de territórios produzidos pela necropolítica – sendo, portanto, as vítimas e os perpetradores diretos de homicídios, agressões e prisões –, sobre as mulheres recaem a dor da perda e as sobrecargas financeiras e emocionais acumuladas pela responsabilidade do cuidado, demandada por aqueles que estão vivos e pela tarefa cotidiana de (re)construir mundos devastados. Sem reafirmar dicotomias de gênero, o objetivo do artigo é demonstrar como a infiltração da violência na vida ordinária produz territórios e subjetividades *generificadas*. Defendo, enfim, que agenciamentos e estratégias cotidianas realizadas por mulheres para manter a vida são também dimensões produtivas desses territórios, profundamente ancoradas em experiências femininas relacionadas ao árduo, silenciado e criativo trabalho do cuidado.

**Palavras-chave:** Periferias, Violência do Estado, Cuidado, Marcadores Sociais da Diferença, Relações de Gênero.

<sup>1</sup> O presente trabalho contou com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001; do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil; e da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da Universidade de São Paulo– PR-CEU-USP. Agradeço à leitura atenta e afetuosa de Laura Moutinho, bem como a fundamental orientação durante toda minha pesquisa de doutorado da qual o presente artigo é fruto.

Recebido em 09 de novembro de 2022.

Avaliador A: 17 de janeiro de 2023.

Avaliador B: 18 de janeiro de 2023.

Aceito em 29 de maio de 2023.



## ABSTRACT

In this text, I deal with the effects of violence resulting from wars involving men from the State and the crime that falls on families living on the outskirts of the city of São Paulo. I demonstrate that the impacts go far beyond the directly victimized bodies, interfering with family and neighborhood relationships, a situation maintained over time. I argue that violence, absorbed by ordinary life, is experienced and faced not only along the lines of race and social class, but also that of gender. While men are directly involved in conflicts over the control of territories produced by necropolitics – being, therefore, the direct victims and perpetrators of homicides, assaults and arrests–, it is women who bear the pain of loss, financial burden and emotional care accumulated by the responsibility required by those who are alive and by the daily task of (re)building devastated worlds. Without asserting gender dichotomies, it aims to demonstrate how the infiltration of violence in ordinary life produces genderified territories and subjectivities. Finally, Finally, I defend that agencies and strategies in everyday life carried out by women to maintain life are also productive dimensions of these territories, deeply anchored in female experiences related to the hard, muted and creative work of care.

**Keywords:** Outskirts, State Violence, Care, Social Markers of Difference, Gender Relations.

## INTRODUÇÃO

Era manhã de sábado do mês de abril de 2016. Cerca de 20 mulheres encontravam-se sentadas em círculo na sala de entrada do Serviço de Medida Socioeducativa do Capão Redondo<sup>2</sup>, na periferia da zona sul de São Paulo. Eram trabalhadoras daquele serviço, as chamadas técnicas<sup>3</sup>; ativistas<sup>4</sup> de coletivos da região; e familiares de jovens que cumpriam alguma medida socioeducativa ali. O objetivo do encontro, organizado por elas, era discutir

---

2 O Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (MSE) compõe o serviço público vinculado à política de assistência social cujo objetivo é acompanhar adolescentes de 12 a 18 anos que cometeram *atos infracionais* e, portanto, cumprem serviço de medida socioeducativa em meio aberto ou prestam serviços comunitários. Tais serviços foram implementados a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, de modo a combinar sanções punitivistas a medidas socioeducativas.

3 Como são denominados os profissionais que trabalham no MSE e desenvolvem atividades de acompanhamento dos jovens.

4 Emprego aqui “ativistas” e “ativismo” por considerar a melhor forma de sintetizar a multiplicidade dessas dominações.

o genocídio da população negra, pobre e periférica a partir das experiências das mulheres ali presentes e engajar as familiares na luta<sup>5</sup>. Havia um consenso entre as organizadoras de que aquelas mulheres tinham pouco espaço – tanto na família como na vizinhança, e principalmente em instituições estatais – para falar sobre o sofrimento gerado por mortes e prisões de seus familiares. A partir de diversas experiências profissionais e de ativismo, as organizadoras sabiam que aquelas mulheres se sentiam julgadas e culpabilizadas pelo que ocorrera com os homens de suas famílias. Por essa razão, buscavam criar um ambiente onde se sentissem à vontade para falar sobre como eram afetadas pelas violências que atingiam mais diretamente os corpos de seus filhos, netos, irmãos, sobrinhos e maridos.

Andreza<sup>6</sup>, uma jovem mulher negra, trabalhadora do MSE, moradora da região e parte de um dos coletivos de ativistas locais, fez a abertura do encontro, falando sobre o propósito do dia<sup>7</sup>. Em sua introdução, Andreza buscou explicitar os princípios que orientavam a reunião. Ao definir as ações da polícia como violentas e racistas, descrevendo o Estado como genocida, sua intenção era produzir um campo moral que problematizasse a prática policial cotidiana naqueles territórios – com assassinatos, prisões e abordagens violentas – como resposta *natural* a quem “fez coisa errada”. Ao responsabilizar a polícia e o Estado, também buscava criar um ambiente no qual as familiares não se sentissem ainda mais culpadas e constrangidas pelos atos dos jovens. Aos poucos, começaram a falar, algumas reforçando as restritas possibilidades de desabafar: “Essa é a primeira vez que falo sobre isso assim”.

As vozes se intercalavam. Episódios de violência se sobrepunham em um cotidiano marcado por preocupação, impotência, medo, vergonha e culpa. As mulheres relatavam o sofrimento de não ter controle sobre as ações dos jovens, sobre a preocupação gerada cada vez que saíam de casa para trabalhar, sobre o sentimento de impotência e a dor causada pelas perdas. Falavam também sobre a culpa que carregavam pelo “envolvimento”<sup>8</sup> dos jovens, intensificada

---

5 Naquela época, eu participava da reunião não como pesquisadora, mas como ativista, pois fazia parte de um coletivo que atuava na luta contra o genocídio da população negra da periférica da zona sul da cidade, o Juventude e Resistência.

6 Todos os nomes aqui foram alterados para manter o anonimato das interlocutoras.

7 Para análise sobre a trajetória de jovens adultos moradores das periferias, ativistas e com ensino superior é relevante compreender como as políticas de ações afirmativas nas universidades têm promovido a renovação de saberes, pautas, formas de organização e de produção assim como transformações da subjetividade em territórios periféricos, ver CARMO et al (2022) e para uma discussão a respeito dos desafios impostos pelas políticas de cotas neste âmbito, ver NEVES (2022).

8 “Envolvimento” é um termo de uso corrente no meu campo referente a jovens dos quais se suspeita que praticam algum tipo de crime ou façam uso de drogas que os aproximam do crime local. Essa palavra designa uma relação, mais do que a realização de alguma atividade, o que sugere que se trata mais de uma ligação a um mundo e a pessoas do que denotação de um ato em si. Essa aproximação também se refere a uma mudança de comportamento

por rumores da vizinhança e acusações por parte da própria família.

Foi naquele dia que conheci dona Aurora. Em tom desolado, aquela mulher branca de não mais que um metro e sessenta, sentada em uma das cadeiras do círculo, começou a contar sua história. A fisionomia abatida, os ombros arqueados e as raízes brancas dos cabelos, insinuando uma pintura não retocada há tempos, eram marcas que sugeriam um corpo abandonado e em sofrimento. Aurora estava naquela reunião porque acompanhava seu neto, Caio, então com 16 anos, no cumprimento de sua liberdade assistida<sup>9</sup>. Seis meses antes, o jovem havia saído da Fundação Casa<sup>10</sup> e, naquela ocasião, cumpria medida socioeducativa em meio aberto por tráfico de drogas. Dona Aurora disse que estava muito triste, pois ainda não havia se recuperado da morte de um de seus filhos, Leandro – pai de Caio –, ocorrida há pouco mais de um ano. Disse-nos que Leandro fora assassinado por um vizinho, “um noia”, palavra que proferiu, mas logo corrigiu, afirmando não gostar de utilizá-la, porque era assim que rotulavam seu outro filho, Miguel, executado pela polícia 20 anos antes. Leandro era o segundo filho de Aurora a ser vítima de assassinato.

Com a morte do pai, Caio ficou profundamente abalado, assim como toda sua família. Segundo Aurora, ela e a outra filha, Luciana, não conseguiram dar a atenção necessária ao garoto, que, devido à dificuldade em lidar com a perda, acabou se envolvendo com drogas e indo para o “caminho errado”.

A história de dona Aurora comoveu a todas nós pela sobreposição de tantos eventos violentos – a morte de dois filhos e a internação de seu neto –, mesmo que seu caso, infelizmente, não fosse uma exceção. As mulheres presentes ali não se surpreendiam – o que não significava que a escuta era menos dolorosa – com a história de Aurora, justamente porque partilhavam da experiência da perda, do sentimento de impotência e do medo de que o evento pudesse acontecer novamente de forma ainda mais dramática. Por essa razão, essas narrativas tocavam em dores conhecidas, um conhecimento adquirido pela experiência que Veena Das chamou de “venenoso” (DAS, 2020).

---

na casa e com a família.

<sup>9</sup> Liberdade assistida é um tipo de medida socioeducativa em meio aberto aplicada a adolescentes que cometeram ato infracional tendo por fim “acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente”, de acordo com o Art. 118 da Lei 8069/1990, ECA.

<sup>10</sup> A Fundação Casa (Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente) é um órgão público vinculado à Secretaria da Justiça e Cidadania cujo fim é executar medidas socioeducativas de regime fechado. A instituição é oriunda da antiga Fundação Estadual do Bem-estar do Menor (Febem), cujo nome foi modificado em 2006, para adequá-lo ao ECA. Embora tenha ocorrido essa mudança no nome, é importante ressaltar que movimentos sociais e pesquisas acadêmicas continuam a ressaltar o viés punitivista da instituição, assim como a contínua violação de direitos humanos dos jovens internados.

Ao me aproximar de dona Aurora e de outras mulheres com familiares presos ou mortos, ficou evidente outro tipo de impacto causado pelas violências relacionadas à intensificação da força repressiva estatal (FELTRAN, 2011; TELLES, 2013, 2016, 2019)<sup>11</sup> e à ampliação do mundo do crime nas periferias da cidade de São Paulo (FELTRAN, 2011), não relacionadas ao corpo diretamente vitimado pela tortura, pelo encarceramento e pelo homicídio. Efeitos que não eram capturados nem pelas taxas de homicídios, nem pelos boletins de ocorrência, nem pelas denúncias contra o genocídio de jovens negros pobres e periféricos. São consequências que se infiltram nas relações, nas subjetividades, nas famílias, nos projetos de futuro, que perduravam no tempo como memória dolorosa, trauma ou constante iminência, limitando as possibilidades re(habitar) cotidianos destruídos pela violência. Argumento que esses efeitos são profundamente generificados. Em outras palavras, enquanto homens pobres, sobretudo negros, são os principais alvos da ação violenta do Estado – praticada por meio de homicídios, de prisões e da agressão policial – e os que se engajam em atividades criminosas, as mulheres sofrem com as sobrecargas emocionais e econômicas, geradas por perdas e prisões que impactam diretamente a tessitura da vida, cabendo a elas a árdua tarefa de reconstruir seus mundos.

Neste texto, trago alguns fragmentos da etnografia que realizei durante minha pesquisa de doutorado (CARMO, 2022), parte dela realizada junto à família de Aurora. A partir de alguns recortes das conversas que tive com ela e com sua filha Luciana durante mais de 6 anos de trabalho de campo, busco refletir sobre o modo como os eventos violentos se imiscuem nas relações e no cotidiano de famílias que moram em territórios marcados pela presença da força repressiva do Estado e do crime, produzindo efeitos de forma generificada e perdurando no tempo. Discuto também como a difícil tarefa de (re)habitar o mundo é realizada em termos de gênero, sobretudo através do cuidado. Minha intenção não é tratar da produção de vocabulários, lutas e sujeitos políticos, mas, como nos sugere Veena Das (2020), descer ao ordinário para acompanhar como essas mulheres (re)constroem suas vidas depois de eventos críticos em contextos marcados por medo, insegurança e ameaça constantes. Meu argumento é que, no esforço em tornar a vida novamente viável para elas mesmas e para suas famílias, evitando que mais sangue seja derramado, essas mulheres reconfiguram e ressignificam relações com outras

---

<sup>11</sup> Necessário destacar que, embora as pesquisas demonstrem que as taxas de homicídios caíram drasticamente nas duas últimas décadas no estado e na cidade de São Paulo – o que muitos estudos atribuem, dentre outras razões, ao surgimento do PCC –, é importante destacar que os assassinatos cometidos pela polícia apresentaram crescimento. (ACAYABA, ARCOVERDE 2020). Além disso, é importante sublinhar que a experiência cotidiana com as abordagens violentas da polícia, bem como com o encarceramento, têm sido vividos com frequência e intensidade cada vez maiores nas periferias. A taxa de pessoas encarceradas cresceu em mais de 900% desde 1990, passando de 90.000 para 820.000 em 2021. São Paulo, aliás, concentra um terço da população prisional do país. Prisão e violência policial são dimensões da violência estatal que se conectam à necropolítica para além dos casos das mortes.

mulheres. Relações essas que são tecidas a partir de práticas de cuidado e do “conhecimento venenoso” partilhado por quem viveu experiências semelhantes. Sustento ainda que, fazendo isso, elas estariam produzindo outras gramáticas e moralidades (MOUTINHO, 2012) que não apenas mitigam os efeitos das violências como também contribuem para (re)construir relações, territórios, subjetividades e lutas.

## GUERRA, EVENTO E CUIDADO

Excelentes trabalhos com foco na vida ordinária têm sido produzidos no sentido de compreender a reprodução e os efeitos da violência (BIRMAN; PIEROBON, 2021; CHO, 2008; DAS, 2020; HAN, 2012; ROCHA, 2014; VIANNA, 2022; VIANNA; FARIAS, 2011). Tais investigações sugerem que, a partir do mergulho no ordinário, é possível notar como os eventos críticos produzem impactos que lançam a vida diária numa atmosfera de medo e desconfiança. Veena Das (2020), referência para muitas dessas autoras, reflete sobre essa questão a partir de dois grandes eventos deflagrados durante a consolidação do Estado-nação indiano: a violência durante a partição da Índia em 1947 e os tumultos decorrentes do assassinato da primeira-ministra Indira Gandhi em 1984. Das reflete sobre como tais eventos não se limitam apenas às violências ocorridas durante os conflitos, demonstrando como penetram na vida ordinária e são guardados nas memórias dos relacionamentos, tornando o mundo habitado frágil e perigoso, onde o ceticismo se incrusta em uma vida cotidiana amedrontada (DAS, 2020).

Durante cerca de 10 anos não apenas de trabalho de campo, mas também de ativismo e amizades, acompanhei o dia a dia de mulheres que trabalhavam nos serviços públicos nas periferias da cidade de São Paulo, mais especificamente na zona sul<sup>12</sup>, e a rotina das mães, esposas, avós, irmãs e tias que diariamente recorriam aos serviços, à procura de algum suporte que garantisse melhores condições de vida para suas famílias. Nesse cotidiano, vi também mulheres que se avolumavam nas filas em frente aos presídios masculinos em dias de visitas, as mesmas que, a partir de diversas manobras e esforços, *esticavam* o dinheiro do mês para enviar regularmente o *jumbo*<sup>13</sup> a familiares presos (LAGO, 2019). Eram as familiares que também ficavam na linha de frente do ativismo na luta contra o genocídio da população negra, pobre

---

12 Distritos do Jardim Ângela, Campo Limpo, Jardim São Luís e Capão Redondo.

13 Cesta com produtos essenciais, tais como alimentos e produtos de higiene, enviados mensalmente pelas famílias de pessoas presas (STABILE, 2020).

e periférica. Presenças femininas e ausências masculinas que demonstram as sobrecargas que recaem sobre as mulheres nos esforços ordinários para manter a vida de quem vive em territórios assolados por políticas de extermínio.

Emprego aqui a noção de “guerra” apoiando-me na interpretação que algumas autoras têm construído a respeito dos conflitos, tensões, éticas e estéticas que envolvem homens do Estado e do “mundo do crime” a partir do enquadramento de “guerras de homens” (ROCHA, 2014; BIRMAN; PIEROBON, 2021). Não pretendo afirmar que o Estado e o crime estão em lados opostos e simétricos das trincheiras do conflito, ao contrário: estão enredados em relações desiguais, violentas e ilegais constituídas mutuamente como forças produtivas dessas margens territoriais e estatais (DAS; POOLE, 2004). A polarização entre crime e Estado é ela mesma um mecanismo dessas guerras justamente por produzir uma dicotomia entre o bem e o mal a partir da qual a violência é legitimada. De um lado estariam os *trabalhadores*, os *homens de bem*, as famílias heteronormativas brancas moradoras dos centros da cidade e dos *bons lugares* das periferias que necessitariam de proteção. Do outro lado, projetam-se as figuras dos desempregados, *vagabundos* e *bandidos*, os moradores negros de regiões mais empobrecidas das periferias e de favelas, territórios racializados a partir de um processo que Jaime Alves (2011) chama de simbiose espaço-raça, em que a banalização de corpos negros provocaria também a vitimização de brancos, embora não na mesma frequência e quantidade. Os homens de bem representam uma masculinidade hegemônica branca, que arroga a detenção da ordem aos brancos, tendo ao seu lado a violência legítima do Estado. Essa violência se impõe sobre corpos e territórios periféricos e racializados que figuram como lugares da desordem e do perigo, o que Feltran chama de “guerra justa de homens brancos” (FELTRAN, 2017, p. 27).

Também não pretendo desprezar o entendimento de que essa força se trata de um exercício da necropolítica (MBEMBE, 2016) que tem se realizado de forma cada vez mais sofisticada e contundente, conforme se aprofunda o avanço do neoliberalismo. Observo tais guerras, aliás, a partir da perspectiva desse conceito, que ajuda a compreender o modo como o racismo opera na produção de inimigos internos e políticas de extermínio contemporâneas. Utilizo “guerra”, enfim, para abarcar os episódios de violência no cotidiano e descrever a atmosfera de medo e ameaça que envolve a vida doméstica das famílias com quem conversei. Novamente, de acordo com Daniel Hirata e Carolina Grillo (2019), “guerra” é um conceito não apenas empregado por governos que aprofundam suas políticas de extermínio empenhados na *guerra contra o crime*; também tem sentidos totalmente distintos, é uma palavra utilizada por muitos daqueles que vivem nos limiares da vida e da morte para definir sua luta pela sobrevivência.

Ao me aproximar das mulheres das famílias desses homens consumidos por guerras, pude perceber que tanto elas como toda a família eram também sorvidas pelo campo gravitacional produzido em torno dos conflitos. O mundo do crime e a violência estatal produzem uma atmosfera de tortura, medo e ameaça que atinge, de diversas formas, todos que moram em territórios onde essas forças operam. Contudo, afetam de modo mais contundente pessoas e famílias influenciadas por eventos específicos – envolvimento de familiares com o crime ou com drogas, mortes, prisões etc. –, produzindo múltiplas consequências não apenas para aqueles que são as vítimas diretas, mas também desdobramentos que se infiltram nos corpos e nas memórias de suas famílias.

Não pretendo estabelecer uma polarização entre homens e mulheres que os definiria como estritamente envolvidos com o crime, enquanto a elas caberia se engajar no trabalho do cuidado. Uma parcela pequena dos homens moradores desses territórios está no crime, enquanto alguns se engajam com o trabalho do cuidado. As mulheres também estão no crime, como a bibliografia sobre o tema tem ressaltado, principalmente ocupando o lugar de namoradas e esposas (FELTRAN, 2011; LAGO, 2019). Cabe ainda destacar que nem todas as moradoras das periferias assumem os compromissos relacionados às tarefas do cuidado, embora ele seja imposto a quase todas, se não todas, elas. O que argumento é que as masculinidades e feminilidades são remodeladas em torno dessa guerra contínua que implica relações violentas entre os homens do crime e do Estado, em um processo no qual gênero e Estado (mas também o crime) se produzem mutuamente (VIANNA; LOWENKRON, 2017).

Em seu trabalho sobre a epidemia do vírus Ebola em Serra Leoa, ao investigar a razão que leva as mulheres a morrer mais de doenças do que os homens, Denise Pimenta (2019) afirma ter encontrado o *amor*, isto é, a forma romantizada do trabalho do cuidado que mulheres, desde a infância, realizavam, investindo “tempo, dedicação, paciência e força física; mas também um engajamento que leva a perdas, exaustão, debilitação física, bem como possíveis doenças e morte” (PIMENTA, 2019, p. 12). Assim como Pimenta, ao me aprofundar nesse contexto de guerra, também encontrei o cuidado, que apareceu de forma complexa e ambígua, pois não só era vivido como sobrecarga que gerava sofrimento como também se tornava elemento constitutivo de subjetividades e lutas. Neste sentido, argumento que tais guerras não são as únicas forças produtivas desses territórios. As mulheres permanecem em uma atuação naturalizada e invisível, mas profundamente poderosa, de manutenção da vida, sobretudo em territórios marcados pela violência.

A seguir, trago dois episódios ocorridos na família de Aurora relacionados a um

evento específico, o assassinato de Leandro<sup>14</sup>, que se conecta, por sua vez e de várias formas, à morte do filho mais velho, executado pela polícia 20 anos antes. Utilizando os termos de Veena Das, pretendo discutir como os tentáculos desses eventos penetraram a vida cotidiana da família e da vizinhança de dona Aurora, produzindo efeitos que perduram no tempo, cuja intensidade não necessariamente diminuem com o passar dos anos. Adriana Vianna (2022) fala da impossibilidade de domesticar o tempo pela linearidade, ao refletir sobre a indignação de uma mãe diante da condenação dos assassinos de seu filho. A mãe diz: “Oito anos? Presa estou eu, que vou ficar a vida toda sem meu filho, presa estou eu!”. Vianna situa a fala dessa mãe como um *estilhaço* anunciador de um tempo presente sombrio, um presente que se entrecruza constantemente com as lembranças do passado e imaginações do futuro envolvidas no *processo de encontrar novamente um lugar no mundo* após a morte alguém. Os episódios de que trato nas próximas páginas demonstram como os efeitos de um evento violento não necessariamente se esvaem com o tempo, mas, ao se infiltrarem nas relações, produzem uma condição frágil no qual outras formas de violência emergem e o sofrimento reaparece. Baseada no complexo e generificado processo de (re)habitar o mundo após a morte, busco demonstrar como mulheres tecem redes de cuidado que envolvem família, vizinhança e moralidades no sentido de manter vida em contextos instáveis e violentos.

## “ENGOLIR O CHORO” PARA RECONSTRUIR A VIDA

Aí a vida teve que seguir outra vez, minha filha. Eu secar as lágrima, engolir choro. Do Leandro ninguém ameaçou nada, mas tinha minha filha, minhas netas, e mais ainda o filho do Leandro, que desde os dois aninhos eu criei, que ele morava com o pai. A mãe abandonou [...]. Mas eu sozinha com a Luciana também, que ela ficou muito fraca também, que eles se davam muito bem. Tinha as filhas dela e tinha o Caio. E eu fiquei sozinha, meu. Sozinha pra poder enfrentar... Outra vez catei *meus* caquinho... Catei braço, perna, tanto que no momento... Eu deitada numa cama e... Eu vendo tudo, o Caio já usar droga, já tinha uma semana, duas *semana*. Eu senti um suicídio de dentro da minha barriga, não foi da cabeça, saiu daqui. Mas uma vontade... Um suicídio, parecia que a minha cabeça estava aqui na barriga. Aí, menina, eu falei: “Não, meu Deus!”. Aí uma neta minha... Eu ouvi uma neta minha, parece que caiu alguma coisa: “Vó, vó!”, aí eu despertei. (AURORA)

---

14 As falas que trago aqui de Aurora e Luciana foram de conversas que tive com elas ao longo de mais de seis anos de visitas à casa das duas. Foram realizadas em momentos diferentes, conforme descrevo no texto, e em momentos em que me encontrei sozinha com cada uma delas. Minha estratégia era pedir para ligar o gravador cada vez que um assunto que eu considerava interessante aparecesse. Todas as falas transcritas aqui estão gravadas.

Aurora me disse essas palavras contraindo a face e deslizando a mão pelo corpo, como se a dor ainda estivesse em seu ventre. A morte de Leandro, ocorrida pouco mais de um ano antes de nossa conversa, trazia para o presente os efeitos da morte de seu filho mais velho, Miguel, executado pela polícia em 1994 em um assalto, quando tinha 18 anos. Leandro era o filho do meio, mais novo que Miguel e mais velho que Luciana. Diferentemente de seu irmão, Leandro foi assassinado por um vizinho. De acordo com os relatos, houve uma briga desencadeada pela tentativa do vizinho em roubar a cocaína que estava na carteira de Luciano. “Cortou bem assim”, disse Aurora percorrendo seu pescoço com o dedo para mostrar onde se localizava o ferimento. Na época, Leandro tinha 32 anos. Ele e seu filho Caio, de 14 anos, moravam com Aurora em uma casa “de frente” para a rua, e Luciana, com as três filhas, na casa dos fundos, no distrito do Capão Redondo. A dor e a revolta decorrentes da perda do primeiro filho, Miguel, foram, de certa forma, trabalhadas pelo tempo e acomodadas na vida da família, ao longo dos mais de 20 anos decorridos. Com a morte violenta de Leandro, contudo, a perda de Miguel se tornava novamente presente, conectando os dois eventos.

O enfrentamento da situação foi realizado por Aurora e por Luciana. “Não conseguia ir atrás do Caio em biqueira, sabia que ele estava sofrendo, mas não tinha forças para ajudar”, disse Aurora. “Não conseguia ficar sozinha em casa com a minha mãe e ver ela chorando”, disse Luciana. Mãe e filha diversas vezes me contaram que, algumas horas antes de ser morto, Leandro brigara com Caio, chegando a agredi-lo fisicamente. Caio respondeu que nunca mais queria ver o pai. Horas depois, recebia a notícia do assassinato. Segundo Aurora, ao ser comunicado, Caio foi se deitar e agiu *como se fosse mentira*. Depois disso, “se afundou nas drogas”, disseram. Esse episódio era lamentado frequentemente por ambas e visto como a causa do envolvimento ainda mais intenso do adolescente com atividades criminosas.

O sofrimento gerado pela perda de Leandro era compartilhado e se potencializava nas relações no interior da família. A fraqueza de Luciana era acentuada pelo pesar de Aurora. Perceber que Caio se “perdia nas drogas” e não ter forças para ajudá-lo aumentava o sentimento de culpa e a dor das duas mulheres. Quando conheci a família, em meados de 2016, vi o grande esforço de ambas para se recuperarem de mais uma morte. Essa nova perda penetrava as relações, colocando-as em uma espécie de suspensão, como se estivessem “doentes”, diziam elas. O que mais me chamava a atenção, contudo, um dos motivos pelos quais passei a acompanhar a família, era o esforço empreendido por ambas em continuar com a vida.

No fragmento da fala de Aurora, considero que há alguns elementos fundamentais para compreender os efeitos de eventos violentos na vida de famílias que possuem algum familiar envolvido diretamente nos conflitos. “Meu mundo caiu”, “meu chão se abriu”, “não conseguia

levantar da cama”, “Não tive forças”, “Minha vida acabou” “Não conseguia fazer mais nada” foram expressões que ouvi de Aurora e Luciana e de outras mulheres que tiveram parentes assassinados. A partir dessas frases, elas tentavam expressar a perda de sentido, a aniquilação de seus mundos pela violência desferida sobre os corpos de seus familiares, sobretudo homens, capazes de provocar dores sentidas em seus próprios corpos e indizíveis, a não ser por metáforas. A forma que Aurora encontrou para traduzir sua dor foi descrevendo um corpo desmontado, com órgãos embaralhados e partes desmembradas: cabeça, barriga, braço, perna.

Diversas situações que vivi junto a Aurora e a Luciana revelaram o modo como as perdas de Miguel e Leandro estavam enredadas em seus corpos, manifestando-se no cotidiano, como a sensação de morte desencadeada pelo cheiro da cocaína que Aurora sentiu, ao passar a roupa do filho, ou os *surtos* vivenciados por Luciana após a prisão de Caio, quando ela chegou a quebrar todo o banheiro, recentemente reformado com muito esforço pela família. Argumento que, quando Aurora mobiliza a expressão “engolir o choro”, ela fala da ausência de condições que lhe permitam elaborar e comunicar o sofrimento, mas também da necessidade de não sucumbir a ele, pois é preciso assegurar a função *generificada* de manter a existência de outras pessoas que dela dependem. O corpo precisa estar novamente pronto para assumir as tarefas cotidianas do cuidado da família, também arruinada. “Eu fiquei sozinha para enfrentar”, disse Aurora.

“Engolir o choro” é uma expressão que demonstra a necessidade de não sucumbir à dor e responder aos chamados externos, a obrigação moral do cuidado, que constitui gênero: é preciso sair de dentro de si e, mesmo carregando o peso da dor, cuidar daquelas e daqueles que também sofrem. No caso de Aurora, o marido foi embora, os filhos mais velhos morreram. Ela e Luciana se dividiam para suprir as necessidades das netas e do neto em um contexto em que as mulheres se veem sozinhas na tarefa do cuidado, que envolve realizar esforços para que ninguém mais morra.

Detenho-me um pouco mais na expressão “engolir o choro”, muito popular também em outras situações em que é preciso “levantar a cabeça” e não “sucumbir ao sofrimento” e uma forma de repreender crianças, sobretudo meninos, de modo a treiná-los socialmente para não chorar. No caso tratado aqui, denota uma impossibilidade de sofrer no espaço e no tempo. É necessário cuidar dos outros. Como afirma Camila Fernandes (2018), o tempo do cuidado tem seu ritmo cíclico, intermitente e constante, distinto do cronológico. Dessa forma, seria também distinto do tempo do luto, sendo este quase paralisado. Desse modo, os tempos do cuidado e do luto se sobreporiam em um cotidiano pesado e arrastado, embora repleto de obrigações. Aurora e Luciana elaboravam suas dores e projetavam todas as suas energias e esperanças de futuro no cuidado. Disse a avó: “Eu prometi para o Leandro que cuidaria do filho dele!”.

“Engolir o choro”, portanto, é a condição de vida de mulheres que vivem em territórios racializados, precários em termos de políticas do cuidado, que precisam enfrentar as tarefas de manter a si e a suas famílias para que violências não se repitam. “Engolir o choro” também representa a impossibilidade de chorar por aqueles cuja morte não é lamentada, porque o sofrimento que tais perdas provocam não é reconhecido nem respeitado. O lamento não encontra eco, pois essas mulheres se sentem constantemente julgadas e culpabilizadas pelo *envolvimento* com o crime e também pela morte.

Por fim, “engolir o choro” denuncia a inexistência de espaços para chorar, para lamentar a perda das pessoas que compunham seus mundos. O luto também é vivido pela perda do mundo até então conhecido. Ao chorarem, essas mulheres ouvem dos maridos que “não cuidaram direito do filho”; os colegas de trabalho dizem que o filho, “pela cara, boa coisa não era”; as patroas, que era “melhor estar morto do que desaparecido”; a vizinhança, que o menino “nunca foi coisa boa”. Essas e outras falas reproduzem moralidades que estigmatizam jovens negros e pobres e culpabilizam suas mães. Falas que “cortam por dentro”, como disse Aurora, que silenciam e transformam o ato de “engolir o choro” numa forma de viver o cotidiano.

Considero uma passagem no trabalho de Veena Das (2020) especialmente inspiradora para compreender a fala de Aurora. Ao refletir sobre o significado do ato de testemunhar o crime inerente à ordem social, a autora se vale da interpretação proposta por Lacan a respeito do lamento de Antígona, figura da mitologia grega. O irmão de Antígona, Polinice, foi morto quando tentou atacar o reino de Tebas. Creonte, tio de Polinice e então rei de Tebas, não permitiu que lhe fossem realizados ritos funerários, o que significava o sentenciamento do sobrinho ao *esquecimento eterno*. Antígona se rebelou contra a ordem do rei e tentou sepultar o irmão *com as próprias mãos*, razão pela qual foi condenada à morte por Creonte. Lacan afirma que é a partir desse cenário trágico, uma zona entre duas mortes – de Antígona e do irmão –, que a protagonista pode proferir a *verdade insuportável*, o caráter criminoso da própria ordem social. Isto é, ao reafirmar a singularidade do irmão, Antígona questiona a legitimidade da regra do Estado, que comete o crime de apagar completamente a “singularidade de um ser até na sua morte” (DAS, 2020, p. 96).

Das argumenta que essa passagem oferece elementos importantes para a compreensão do surgimento da voz *generificada* em um momento de transgressão. A figura de Antígona ofereceria “um caminho em que poderíamos pensar na voz como uma criação espetacular e desafiadora do sujeito por meio do ato da fala” (DAS, 2020, p. 97). A autora se vale da cena para refletir sobre a criação do sujeito *generificado*, contrapondo, no entanto, a fala *espetacular e desafiadora* de Antígona ao *gesto de luto* no qual muitas mulheres encontram uma forma para

(re)habitar o cotidiano após a devastação. Afirmar Veena Das:

Essa imagem de retroceder evoca tanto a ideia de um retorno como a de voltar a habitar o mesmo espaço agora marcado como um espaço de destruição, no qual você deve novamente viver. Daí o sentido do cotidiano em Wittgenstein como o de algo recuperado. O modo como você toma para si tal espaço de destruição, não mediante uma ascensão à transcendência, mas mediante uma descida ao cotidiano [...]. (DAS, 2020, p. 97).

“Engolir o choro”, portanto, pode ser entendido como o movimento inverso ao surgimento da voz desafiadora. Figuraria como uma forma encontrada por Aurora de retomar o cotidiano diante da impossibilidade de lamentar publicamente. “Engolir o choro” se constituiria em uma maneira generificada de habitar novamente um contexto em que as relações de gênero delegam a responsabilidade do cuidado somente às mulheres. Nesse contexto, o distanciamento afetivo, a desresponsabilização com o cuidado e até mesmo a violência com que os homens da família se relacionam com crianças e mulheres são naturalizados. “Engolir o choro” seria também uma forma de lidar com a moralidade sobre a qual se sustenta o julgamento vindos dos vizinhos, que individualiza e dirige o problema da violência para a família do bandido (FELTRAN, 2011), evitando, assim, a cruel possibilidade de que os jovens de suas famílias também se encontrem nessas situações.

Os corpos das mulheres seriam o receptáculo do sofrimento, da mitigação dos efeitos da violência e do enraizamento de dores silenciadas. Desse modo, sugiro que “engolir o choro” é uma forma ambígua de retornar ao cotidiano após a devastação, constituindo-se em um agenciamento complexo operados por mulheres, a partir do qual elas também se constituem como sujeitos *generificados*:

A formação do sujeito como sujeito generificado é então moldada por meio de transações complexas entre a violência como o momento originário e a violência que se infiltra nas relações contínuas e se torna um tipo de atmosfera que não pode ser expulsa para um fora. (DAS, 2020, p. 97).

Neste sentido, ao se voltar ao cuidado como forma de (re)habitar o mundo, entendo que Aurora, diferentemente de Antígona, não se encontra em uma zona de duas mortes, mas em uma zona de vida e morte. Nesse lugar, ela e sua filha se esforçam na produção da vida. Como afirma Janet Carsten (2007), a perda é absorvida, transformada e, com o tempo, torna-se uma fonte de remodelação através de processos cotidianos de parentesco. A fala de Aurora explicita o lugar central do cuidado nesses movimentos de reconstrução, um cuidado que representa, por um lado, estafa, sobrecarga e opressão, e, por outro, a possibilidade de continuar a vida. Disse

Aurora:

Se a gente cai, cai o caquinho. Só Deus, mesmo, é Deus e muitos amigos... Olha, é Deus e os amigos que restam. Os amigos vão te fortalecendo pra você se reerguer. E a família, porque, se não fosse essas meninas... Se não fosse o Caio... O pai dele confiou em mim! Eu vou ter que sair dessa cama... E nem tomar mais calmante, que eu *tava* me entupindo de calmante, coisa que eu nunca precisava *de* tomar: calmante. Levantei, me ergui. Que é que eu fiz? Com 20, 25 dias, eu sentada aqui, eu falei: “Vai lá, filha, pega uma cerveja, *vamo* tomar”. Peguei uma cerveja e sentei aí. Aí uma vizinha logo comentou: “nossa, a senhora tá comemorando a morte do teu filho?”. Aí eu fiz igual a você, só olhei nos olhos dela, entendeu? E aí comecei a seguir a vida por causa do Caio, por causa da Manuela, por causa da Julia. Aí a minha filha, com um mês, ela descobre que ela estava grávida da Beatriz. (AURORA)

Sentada na pracinha em frente à sua casa, Aurora me dizia essas palavras. Nesse trecho ela reafirma a importância das relações para a reconstrução de seu mundo, principalmente as tecidas pelo cuidado, para seguir em frente. Ela também sinaliza como o lugar do silêncio não é um lugar passivo. Diante da acusação da vizinha, que a perguntou se estava comemorando a morte do filho, ela apenas olha, mas não se trata de um movimento inerte, ao contrário, é uma ação intimidatória, que deixa o silêncio fazer seu trabalho. Ainda nesse fragmento de fala, há algo ainda mais relevante: o território como lugar de disputas atravessadas por opressões e agenciamentos *generificados*.

Aurora chamou Luciana para tomar cerveja na praça em frente a sua casa, na mesma rua onde seu filho foi morto e onde sua família é apontada como *amaldiçoada*. Com este movimento ela busca se reapropriar de um território que já foi destruído e (re)habitado muitas vezes depois dos assassinatos dos filhos. Novamente ele não era o mesmo para a família, marcado por mais uma morte e por rumores. Aurora, assim como outras mulheres que viveram e vivem situações semelhantes, ao habitarem tais zonas de vida e morte, produzem agenciamentos para continuar suas vidas em território marcados pelas guerras. Como me disse Aurora:

“Então eu tive perdas e tive muitos ganhos...se falar que fico lamentando a morte dos meus filhos, não dá! Eu prefiro não lembrar...lembro deles com carinho, mas eu não lembro mais assim, não quero nem ver, não vejo foto também. A gente tenta também não escutar assunto, quando tão falando de assunto eu também fujo, e eu prefiro mais as criança, e é isso aí...vou pra festinha...sabe? Aí foda-se quem fala que eu sou culpada, eu não dei uma arma na mão dele! Eu não dei um pó! Eu dei leite materno!”. (AURORA)

“Engolir o choro”, enfim, não representa uma tentativa das mulheres de retomarem os assuntos da vida para esquecerem os mortos – trata-se, na verdade de uma operação para “absorver os venenos, cuidar da reparação dos relacionamentos” (DAS, 2020, p. 258), reconstruir

relações e a si mesmas.

## NEM LÁGRIMAS, NEM SANGUE DERRAMADO: UMA MORALIDADE FEMININA

Aí esse cara que deu a facada nele, aí a história é louca, meu. Aí, tá bom, todo mundo sabia quem era esse cara, que ele morava aqui na Irene. Aí minha filha, a do meio, estuda na Irmã Dulce, aí o que aconteceu? Ela fez amizade com a menina. Menina pequenininha, amiga dela, tudo bem. Aí passou... Aí num dia, ela falou assim: “Mãe, posso trazer a minha amiga pra cá?”. Falei: “Pode!”. Aí, tá bom. A gente foi buscar a menina, aí não sei o que a gente comentou que ela falou assim: “Ah, meu tio chama Juninho”. Aí eu falei pra ela assim: “Juninho?”. Ela falou assim: “É!”. Eu falei: “Junior Santos?”. Ela: “É!”. Eu falei: “Mãe, ela é sobrinha do cara que matou meu irmão, não acredito nisso!”. Tratei normal, superbem... Não desfiz da menina, que ela não tem culpa, né? Beleza. Aí falei pra Diego: “Mô, ela é filha do cara que matou o Leandro!”. E ele: “Mô, sério?”. “É sobrinha!” E ele: “Sério?”. Eu falei: “Sério!”. Aí eu falei: “Vamo lá comigo?”. Tinha que levar a menina. Ah, meu Deus do céu! Aí *descemo* pra levar a menina. Quando eu tô, quem sai da casa dela? Aí ela falou assim: “Ah, tia, ele que é meu tio!”. Porque eu fiquei o dia inteiro perguntando, né? Ela: “Tia, ele que é o Juninho!”. Eu olhei pra cara dele e sentei. Fiquei anestesiada. Comecei a chorar, gritar! Eu não conseguia ter reação. Subia em cima dele ou deixava como que tava? Falei: “Meu, se eu sair daqui, se eu ir [*sic*] em cima dele, ele pode me matar!”. Entendeu? Saber que eu sou irmã do cara que ele matou... Fiquei anestesiada! Até a irmã dele falou pra mim assim: “Que foi, Luciana?”. Falei: “Não, porque a minha amiga...”. E nessa hora que eu *tava* descendo, uma menina tinha acabado de falecer! Então tudo bateu! Aí eu falei assim: “Putá, a Sabrina acabou de falecer ali em cima!”. Ela: “Nossa, você era amiga dela?”. E eu não era amiga, só conhecia ela de vista. Eu falei assim: “Era, era maior amiga dela!”. Mentira, eu *tava* chorando em choque por causa que [*sic*] eu tinha acabado de ver o cara! Eu falei: “Meu, não acredito nisso que que eu tô vendo! Deus tá me testando!”. Aí tudo bem, passou. Aí cheguei, também contei pros caras da biqueira, falei tudo o que tava acontecendo... Aí depois do quê... Acho que uns três meses, conseguiram catar o cara. Porque tem que ter o auxílio do PCC, não pode chegar e matar. Tem que ter o auxílio... Não tinha como eu esconder... Aí contei tudo! Porque ele era um noia, então, assim, quem que ia cobrar? Tinha que ter cobrado no dia. Não pode passar... Passou por quê? Já tinha uns quatro anos já que tinha acontecido isso. Aí beleza. Só que aí eu fui, conversei com os caras, falei: “Meu, tem que pegar!”. Aí conseguiram pegar ele! Aí me avisaram: “Luciana, tamo com o cara aqui!”. Beleza, o que que aconteceu? Fui pro barraco. Fiquei de cara a cara com ele de novo! Fui eu e o Caio, né? Aí fiquei de cara... Só que os *caras* queria que eu ou o Caio matasse. Eu falei: “Eu não tenho isso. Não é de mim. O Caio também não tem!”. Aí os *caras* *falou* assim: “Então nós vai ter que liberar!”. Aí eu falei: “Libera!”. Ainda assim, no dia eu falei: “Quebra a mão dele, sei lá...”. Sabe? Eu *tava* com raiva, mas os *caras* queria me dar uma arma na minha mão pra *mim* atirar. Eu falei: “Não, eu tenho três *filha*, eu não sou uma pessoa ruim, sabe? Eu não sou uma pessoa ruim... Meu irmão não vai voltar. Que eu vou poder fazer? Vou matar ele? Não, não vou, não quero!”. Sei lá, tudo nessa vida tem um porquê, sei lá. Aí deram essa chance pra ele. Aí os *caras* *falou* assim: “Então, a irmã do cara tá te dando outra chance, você nasce de novo! Porque se ela quisesse, *cê* tinha morrido!”. Meu, foi todo mundo do PCC,

os cara tudo... Quando eu cheguei no barraquinho ali, assim, menor que isso aqui... Tava sentado lá os caras com facão, com arma, tudo... Eu me senti super mal, porque eu falei, “Meu...você imagina eu...deixa Deixa pra lá”. Minha filha ainda continua amiga dessa menina. Eu sou amiga da irmã dele. Aí veio o pai dele aqui. O pai dele é crente, da igreja, veio me agradecer, sabe? Fizeram até uma oração aqui. Agradei. Falei, “Meu, se eu matasse ele...”, eu ia acabar com a minha vida, porque... Eu não tenho essa coragem assim, eu sou uma pessoa boa, não tenho essa coragem de matar uma pessoa! Assim, só se fosse, sei lá, na hora que eu visse, cê tá ali, pronto. Mas passou anos... Ele não vai trazer meu irmão... Então, pra mim, deixa pra lá! Deixa na mão de Deus...(LUCIANA)

Luciana me contou essa história quando a visitava em sua casa, cerca de dois anos após a conversa com Aurora que descrevo na seção anterior. O episódio narrado por ela ocorrera havia menos de um ano, ao menos quatro anos depois do assassinato de Leandro. Na época do crime, Juninho havia fugido, pois “os caras do PCC” queriam capturá-lo. Além disso, foi aberta uma investigação por parte da polícia que “não deu em nada”, como disse Luciana.

Ao ser capturado, anos depois do homicídio, Juninho ficou no cativo com os homens do PCC por dois dias. Durante esse período, Luciana e Aurora recebiam repetidas ligações dos “caras”, que as informavam a respeito da condição do homem e as pressionavam para que decidissem o desfecho da situação, isto é, aplicar ou não a pena capital contra Juninho. Aurora não conseguiu dormir naquelas noites, como me disse em outra ocasião. Quando soube que o rapaz estava sendo torturado e sem comer, pediu que dessem comida e água para ele. Luciana e Caio foram obrigados a passar uma das noites no cativo para decidir se matariam o rapaz. Depois de conversarem muito entre si, Aurora, Caio e Luciana resolveram que não o matariam. “Isso não está dentro da gente”, disse Luciana, concluindo que matar alguém acabaria com suas vidas. Aurora disse ainda que Caio ficou com medo de que achassem que ele era *frouxo* ou *covarde* por não ter apertado o gatilho, ao que ela respondeu que isso não traria seu pai de volta, apenas mais sangue e dor. Os “caras” do PCC libertaram Juninho.

Alguns dias depois do episódio do cativo, a família do rapaz foi até a casa de Aurora agradecer a decisão. Luciana disse que o pai de Juninho era evangélico e até fez uma oração para todos ali na sala. Aurora não se arrepende e falou que essa foi a melhor escolha, não aguentaria ver mais uma “mãe chorando” pela morte de um filho, como ocorreu com ela duas vezes.

O episódio dramático, sem dúvida muito doloroso tanto para a família de Aurora quanto para a de Juninho, nos ajuda a refletir sobre as múltiplas formas como a violência se imiscui nas relações e no cotidiano. Os laços tecidos entre ambas as famílias foram contaminados pelo assassinato ocorrido quatro anos antes. Ainda que durante esse tempo Aurora e Luciana tivessem retomado minimamente suas vidas, um acontecimento trivial – a visita de uma amiga da filha – desencadeou um conjunto de acontecimentos que levou a família a reviver as dores

da perda e a ser colocada em situações igualmente dramáticas e violentas, aproximando-a mais uma vez dos conflitos em torno dessas guerras, ou seja, da morte.

Durante os dias em que Juninho esteve no cativo, Aurora, Luciana e Caio vivenciaram novamente a sensação de um tempo suspenso e ameaçador. Nessa situação, porém, diferentemente dos eventos anteriores, as duas tinham uma margem um pouco maior de decisão, enquanto ocupantes da posição nada confortável de quem arbitra a vida e a morte de outra pessoa. Argumento que, na situação vivenciada pela família, três moralidades e forças constitutivas desses territórios se destacam e se sobrepõem: o *proceder* do crime, isto é, o código de conduta de homens *envolvidos* com práticas criminosas, profundamente associado à gestão de conflitos nos territórios e à produção de masculinidades; a identificação das pessoas que não querem ser vinculadas à violência, mas sim à *paz* e à *honestidade*; e uma moralidade construída por mulheres a partir do conhecimento venenoso adquirido pela experiência de ter familiares assassinados, enquanto *bandidos* ou *noias* que não querem mais ver mais “sangue derramado”. Argumento que a decisão da família atravessou essas três moralidades em tensão.

O homem que matou Leandro era o conhecido *noia* do bairro. Caio, assim como o filho mais velho de Aurora, também vinha sendo chamado de *noia* na vizinhança por contrair dívidas com os traficantes e não pagá-las, além de roubar objetos em casa para comprar drogas, como disse Luciana. O *noia* é diferente do ladrão ou dos homens do crime que constituem o poder local. Enquanto esses são orientados pelo *proceder*, isto é, um ideal de conduta que envolve “disciplina, respeito, caminhada, consideração, mente e visão” (HIRATA; GRILLO, 2019, p. 564) para fazer o “certo” (BIONDI, 2018; HIRATA; GRILLO, 2019) e obter prestígio na trajetória do crime, o *noia* é aquele que descumpra com a palavra, não paga dívidas, rouba e mata na *quebrada*. Juninho era um *noia* e matou sem permissão do PCC, portanto passou a estar na mira do comando.

Luciana informou aos “caras” que Juninho estava novamente no bairro depois de um tempo desaparecido. Ela o fez porque seria a única possibilidade “de alguém fazer alguma coisa” em relação à morte do irmão, mas também porque ela “tinha que contar”. Essa expressão, “ter que contar”, denota sua submissão a um poder local de gestão de conflitos, indissociável e interno à ação do Estado, submissão que se realiza nessas zonas de guerra ou nos campos de força da necropolítica. Como afirma Telles, são

mecanismos de gestão da ordem local que não se faziam (como não se fazem) à margem da lei do Estado, pois são ativados nos campos de força que se estruturam nos pontos de interseção – e de fricção – das forças da ordem (e seus modos de operação) e nas microrregulações da vida cotidiana, plasmadas nas formas de vida. (TELLES, 2013, p. 369).

Essa gestão é realizada por homens mais presentes e mais íntimos de moradoras e moradores do que agentes do Estado. No caso em questão, muitos desses homens também cresceram com Luciana, um deles até mesmo já foi seu namorado. Ela disse: “Já pensou, eles ficam sabendo que eu vi o cara e não contei? Tô ferrada”. A melhor decisão foi contar.

Luciana teve um choque ao se ver frente a frente com o assassino de seu irmão, passados quatro anos do assassinato. O episódio desencadeou um conjunto de decisões éticas e morais, questões abstratas, de fato, mas relacionadas aos assuntos cotidianos: contar ou não para o tráfico? Matar ou não o assassino de seu familiar? Continuar ou não a amizade com a família de Juninho?

A situação explicita as forças tensionadas no território. Dentre elas o Estado, às vezes mostrando sua face assassina e implacável de fazer morrer, como no assassinato de Miguel; outras vezes, como no caso da morte de Leandro, fazendo-se distante, ineficiente e burocrático, atuando de forma a deixar morrer (FOUCAULT, 2012). Bem como as forças do crime cujos homens disputam o controle do território, mediando conflitos a partir de uma sociabilidade violenta (MACHADO DA SILVA; MENEZES, 2019) orientada pela “*ética do guerreiro*” (HIRATA; GRILLO, 2019). Entre essas *guerras de homens* (BIRMAN; PIEROBOM, 2021; ROCHA, 2014) as mulheres produzem subtextos criando outras moralidades do que somente aquelas orientadas pela experiência masculina.

Não ter matado Juninho, não significava, tanto para Aurora e Luciana, mas também para Caio, perdoar o assassinato, mas sim escolher não ultrapassar um limite de si, de sua família e de relações com a vizinhança. Representava a mobilização de um campo moral que se distinguia das práticas violentas do *mundo do crime*, como o assassinato e a tortura. Como afirmam Silva e Menezes (2019), uma forma de se afastar da *sociabilidade violenta* e de reafirmar para os outros e para si mesmo que são pessoas pacíficas e *de bem*. “Caio tem um bom coração”, “isso não está na gente”, diziam Luciana e Aurora.

A decisão de não matar também está sustentada na manutenção das relações a partir da experiência das mulheres. Aurora e Luciana não querem ver mais sangue e lágrimas: “não precisa de mais uma mãe chorando”. Dessa maneira, quando a família decide não matar, toma essa decisão a partir do conhecimento venenoso (DAS, 2020) de perder pessoas amadas por mortes violentas. Esse conhecimento generificado a partir da experiência da dor leva ao saber de que mais mortes não curam feridas, apenas geram mais sofrimentos.

As difíceis operações cotidianas do luto vivido não apenas durante quatro anos desde a morte de Leandro, mas há 20 anos, desde que Miguel fora assassinado, talvez tenham oferecido

um solo mais estável para evitar mais mortes. A complexa reconstrução de suas vidas, depois de tantas perdas, ofereceu um conhecimento a partir do sofrimento que pode sugerir outros caminhos possíveis que não apenas a reprodução da violência. Camila Pierobon (2018), inspirada nos trabalhos de Veena Das, observa uma ética *generificada e uma solidariedade* entre mulheres que *sofrem e choram* (PIEROBON, 2018), isto é, que compartilham o *conhecimento envenenado* de ter familiares presos, torturados ou mortos e aqui não me refiro apenas às mães, mas às outras mulheres das famílias que igualmente compartilham da obrigação do cuidado. A autora afirma que tal conhecimento lhes permite ver e sentir a dor umas das outras: sentir a dor da outra é sentir novamente a própria dor. Assim, quando Aurora fala sobre não querer ver mais uma mãe chorando, ela está se referindo a essa ética e solidariedade entre mulheres com tal conhecimento envenenado. Ela sabe, que ao ver mais uma mãe chorando, poderá chorar novamente, pois isso significa também intensificar a violência em seu território.

Faz-se necessário também chamar atenção para as relações tecidas na vizinhança dos territórios mais populares da cidade. Grande parte dos trabalhos que se esforçam para compreender o cotidiano de regiões periféricas, sobretudo aqueles que se preocupam com gênero, ressalta a relevância dessas relações como fundamentais para a gestão da vida (GUIMARÃES; VIEIRA, 2020; OLIVEIRA-MACEDO, 2021; MARQUES, 2010; OLIVEIRA, 2022). Aqui, não se trata de romantizar relações de vizinhança e amizade, elas mesmas repletas de tensões, rumores e violências. Mesmo em meio a esses conflitos, entretanto, tais relações são fundamentais para manutenção da vida, sobretudo a vida entre mulheres. A escolha de não matar Juninho envolve manter a estabilidade, sempre instável, das relações com a vizinhança. Um novo assassinato poderia provocar vários tipos de rumores, associando novamente a família ao crime e à morte, além de promover o rompimento definitivo das relações de sua família com a de Juninho, o que poderia provocar algum tipo de retaliação. Dessa maneira, enfrentar os boatos que se dirigiam a Caio, que o pintavam como “frouxo” ou “covarde” por não ter correspondido a uma masculinidade que vingaria a família seria menos prejudicial do que os efeitos de mais uma morte.

Trata-se, portanto, de não ultrapassar certos limites morais que constituem cada uma das pessoas daquela família. Trata-se também de fazer a manutenção das relações, aquelas tecidas entre membros da família e as desenvolvidas também com a vizinha, tecidas ao longo do tempo. Aurora, Luciana e Caio sabem dos contornos de seus mundos, tão dolorosamente tecidos e, naquele momento, realizar uma vingança cujo desfecho seria a morte de alguém significaria ultrapassar perigosamente limites.

Há um esforço em não se contaminar por essa sociabilidade violenta: “Isso não é nosso”,

“Não está na gente”, “Minha vida acabaria”, “Eu tenho minhas filhas”. Essas falas expressam um limite para si e para o mundo. Matar outra pessoa seria ultrapassar esses limites e correr o risco de novamente colapsar suas vidas, destruir a frágil segurança alcançada com o tempo. Todos os três sentem ainda muita raiva do rapaz e gostariam até que o machucassem, mas matá-lo seria uma morte também para suas vidas.

Por fim, gostaria de retornar à ideia de que nesses territórios assolados por guerras, as e os habitantes não estão passivamente submetidos à destruição, como nos sugere Veena Das. O crime e sua ética do guerreiro – que produz e é reproduzida por homens – são, em si mesmos, efeitos do extermínio do Estado, ou seja, formas de habitar uma “zona liminar entre a resistência e a auto-destruição” (HIRATA; GRILLO, 2019, p. 569). No entanto, não são apenas as moralidades moduladas pela experiência masculina, principalmente daqueles envolvidos em guerras, que produzem territórios, resistências, relações, moralidades e subjetividades. As experiências de mulheres a partir do trabalho cotidiano de tecer relações, cuidar e enlutar produzem campos morais que reforçam laços de solidariedade no sentido de mitigar os efeitos das violências, reconstruindo mundos devastados e evitando que sejam novamente destruídos. Isso não quer dizer que tais relações sejam permanentemente harmônicas e pacíficas – pelo contrário, são repletas de tensão, desconfiança e medo, mas permanecem vivas para que a morte não volte a acontecer.

## CONCLUSÃO

Os dois momentos etnográficos trabalhados no texto demonstram como as guerras entre homens do crime e do Estado não se circunscrevem apenas a eles, produzindo uma multiplicidade de efeitos que se imiscuem nas relações e no cotidiano de famílias e vizinhanças desses territórios. A partir do assassinato de Leandro, é possível notar como os tentáculos da violência penetram na família de Aurora e nas relações com a vizinhança, criando efeitos de forma generificada e que não se esvaem de modo linear no tempo. A morte de Leandro não apenas se conectou ao passado, com a perda do irmão mais velho, 20 anos antes, despertando e amplificando dores, memórias e rumores; também se movimentou a partir de movimentos cíclicos e ondulatórios nos anos que se seguiram, mostrando seus tentáculos em diversos episódios, alguns deles dramáticos, como o caso narrado por Luciana.

O primeiro episódio, um relato de um momento muito próximo ao assassinato de

Leandro, demonstra como a dor da perda é partilhada por todos os membros da família. Não é apenas a mãe que tem sua vida estilhaçada, mas também a irmã e o filho. O sofrimento de cada uma das pessoas da família ressoava mutuamente, dificultando ainda mais a tarefa de retomar a vida. Além disso, ao sobrepor a morte ocorrida no passado, levantava dores e memórias de um tempo em que esse tipo de assassinato tinha menos espaço para ser entendido e elaborado e lançava novamente a família para o centro dessas guerras. A segunda morte não apenas transformava mais uma vez a família em uma *família de bandido*, mas trazia a ideia de uma *casa amaldiçoada*.

“Engolir o choro” foi a expressão empregada por Aurora para descrever seu esforço de não sucumbir ao sofrimento e responder à demanda por cuidado do restante da família, sobretudo das crianças. Era preciso lutar pela vida e habitar seu mundo mais uma vez, constituído também pelo território que serviu de palco para os assassinatos de seus filhos. Aurora e Luciana orientaram suas vidas para cuidar das crianças, principalmente de Beatriz, que nasceu reafirmando esse compromisso com a vida. “Será que foi o Leandro que voltou, mãe?”, perguntou Luciana para a mãe, em um arroubo de esperança diante da continuidade da vida.

Mesmo com esses esforços de nutrir a vida, contudo, os efeitos da morte de Leandro não se esvaíram com o tempo. Mesmo que o luto tenha sido trabalhado ao longo dos anos e o futuro da família tenha sido projetado com esperanças renovadas, um episódio casual – a visita da amiga da filha de Luciana – fez com que a violência novamente irrompesse e a frágil segurança conquistada ao longo dos anos fosse ameaçada. O segundo momento etnográfico demonstra como o assassinato de Leandro envolveu em sua órbita muitas outras pessoas e forças para além da vítima e do perpetrador. Além da polícia (o Estado), que aqui aparece como incompetente e desinteressada, e do crime, que surge como um implacável regulador dos conflitos locais, as famílias de Aurora e de Juninho foram enredadas em torno da morte e atuaram no sentido de evitá-la. Em dolorosas e complexas operações éticas e morais a respeito de como lidar com o sofrimento e traçar possibilidades de futuro, Aurora e Luciana decidem manter a vida do homem que matou Leandro. Esse desfecho, longe de curar as feridas ou dissolver de uma vez por todas os efeitos da violência que se enredaram no cotidiano, é mais um arranjo na busca pela manutenção da vida nesses limiares de vida e morte.

Os agenciamentos e estratégias realizadas por mulheres como Aurora e Luciana no sentido de manter a vida são também dimensões de produção desses territórios. A atuação não implica apenas oposições meramente reativas (TOSOLD, 2020) ou mitigadoras da violência masculina – está relacionada à experiência *generificada* do cuidado, que, apesar de naturalizado e invisível, se constitui como um elemento fundamental para criar e preservar famílias, relações,

lutas e vidas.

Juninho ainda mora no bairro e permanece sob a mira do tráfico. Caio se envolveu mais intensamente com o crime e acabou sendo preso ao completar 18 anos. A sobrinha de Juninho continua frequentando a casa de Luciana, e ela, junto com Dona Aurora, tem se esforçado, em um cotidiano tenso, para manter as netas na escola, diminuir os riscos de vida de Caio e evitar que as meninas “façam algo errado se metendo pelos becos” do bairro. Continuam, enfim, absorvendo os venenos e cuidando da reparação dos relacionamentos (DAS, 2020).

## REFERÊNCIAS

1. ACAYABA, Cíntia; ARCOVERDE, Léo. Número de mortos pela PM em 2020 é recorde em SP; policiais dos batalhões da região metropolitana mataram 70% mais. **G1 São Paulo** [online]. São Paulo, 14 jul. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/07/14/numero-de-mortos-pela-pm-em-2020-e-recorde-em-sp-policiais-dos-batalhoes-da-regiao-metropolitana-mataram-70percent-mais.ghtml>. Acesso em: 30 out. 2022.
2. ALVES, Jaime Amparo. Topografias da violência: necropoder e governamentalidade espacial. **Revista do Departamento de Geografia – USP**, São Paulo, v. 22, p. 108-134, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.7154/RDG.2011.0022.0006>. Acesso em: 30 out. 2022.
3. BIONDI, Karina. **Junto e misturado**: uma etnografia do PCC. São Paulo: Terceiro Nome, 2018.
4. BIRMAN, Patrícia; PIEROBON, Camila. Viver sem guerra? Poderes locais e relações de gênero no cotidiano popular. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 64, n. 2, p. 01-23, jun. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2021.186647>. Acesso em: 30 out. 2022.
5. CARMO, Milena Mateuzi. **Tramas do cuidado entre a vida e a morte**: agenciamentos femininos nas periferias de São Paulo. 2022. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – FFLCH, USP, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.8.2022.tde-30012023-200602>. Acesso em: 30 out. 2022.
6. CARMO, Milena Mateuzi; MOUTINHO, Laura; KLEIN, Charles. Periferias nas universidades: ecos femininos das políticas de ações afirmativas. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 10, p. 124-152, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.20336/rbs.906>. Acesso em: 07 jun. 2023.
7. CARSTEN, Janet. Introduction: ghosts of memory. *In*: CARSTEN, Janet (org.). **Ghosts**

- of memory**: essays on remembrance and relatedness. Blackwell Publishing, 2007.
8. CHO, Grace. **Haunting the Korean Diaspora**: shame, secrecy, and the forgotten war. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008.
  9. DAS, Veena. **Vida e palavras**: a violência e sua descida ao ordinário. Trad. Bruno Gambarotto. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.
  10. DAS, Veena; POOLE, Deborah. State and its margins: comparative ethnographies. *In*: DAS, Veena; POOLE, Deborah (org.). **Anthropology in the margins of the State**. 1. ed. Santa Fe: School of Research Press, 2004.
  11. FELTRAN, Gabriel Santis. **Fronteiras de tensão**: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
  12. FELTRAN, Gabriel Santis. A categoria como intervalo: a diferença entre essência e desconstrução. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 51, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201700510005>. Acesso em: 30 out. 2022.
  13. FERNANDES, Camila. O tempo do cuidado: batalhas femininas por autonomia e mobilidade. *In*: Rangel, Everton.; Fernandes, Camila; Lima, Fátima. (org.). **(Des)Prazer da Norma**. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.
  14. FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. *In*: FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2012. p. 285-315.
  15. GUIMARÃES, Nadya Araújo; Vieira, Priscila Pereira Faria. As “ajudas”: o cuidado que não diz seu nome. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 1-18, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.002>. Acesso em: 30 out. 2022.
  16. HAN, Clara. **Life in debt**: times of care and violence in neoliberal Chile. Berkeley: University California Press, 2012.
  17. HIRATA, Daniel. Veloso.; GRILLO, Carolina Christoph. Crime, guerra e paz: dissenso político-cognitivo em tempos de extermínio. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 563-571, set./dez., 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/S01013300201900030002>. Acesso em: 30 out. 2022.
  18. LAGO, Natália B. **Jornadas de visitas e de lutas**: tensões, relações e movimentos de familiares nos arredores da prisão. 2019. Tese (Doutorado em antropologia) – FFLCH, USP, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.8.2019.tde-20122019-174339>. Acesso em: 30 out. 2022.
  19. MARQUES, Eduardo. **Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo**. São Paulo: Editora Unesp; Centro de Estudos da Metrópole, 2010.
  20. MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 122-151, dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169>.

Acesso em: 30 out. 2022.

21. MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio.; MENEZES, Palloma Valle. (Des)continuidades na experiência de “vida sob cerco” e na “sociabilidade violenta”. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 529-551, set./dez., 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/S01013300201900030005>. Acesso em: 30 out. 2022.
22. MOUTINHO, Laura. “Sobre danos, dores e reparações: the Moral Regeneration Movement – controvérsias morais e tensões religiosas na ordem democrática sul-africana”. In: TRAJANO FILHO, Wilson (org.). **Travessias antropológicas: estudos em contextos africanos**. Brasília: ABA, 2012. p. 275-296.
23. NEVES, Paulo. Sistemas de classificação racial em disputa: comissões de heteroidentificação em três universidades brasileiras. **MANA**, v. 28, n. 3, e283206, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-49442022v28n3a0406>. Acesso em: 07 jun. 2023.
24. OLIVEIRA, Alessandra Kelly Tavares. **Gritos e silêncios: um mergulho no cotidiano e na intimidade de mulheres negras ativistas da periferia sul de São Paulo**. 2022. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – FFLCH, USP, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.8.2022.tde-25112022-133831>. Acesso em: 30 out. 2022.
25. OLIVEIRA-MACEDO, Shisleni. **Salve quebradas! Raça, educação e articulações feministas na periferia de São Paulo**. 2021. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – FFLCH/USP, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.8.2021.tde-12112021-134026>. Acesso em: 30 out. 2022.
26. PIEROBON, Camila. **Tempos que duram, lutas que não acabam: o cotidiano de Leonor e sua ética de combate**. 2018. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.btdt.uerj.br:8443/handle/1/19691>. Acesso em: 30 out. 2022.
27. PIMENTA, Denise. **O cuidado perigoso: tramas de afeto e risco na Serra Leoa**. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – FFLCH, USP, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.8.2019.tde-17062019-142750>. Acesso em: 30 out. 2022.
28. ROCHA, Luciane Oliveira. **Outraged mothering: black woman, racial violence, and the power of emotion in Rio de Janeiro’s African diaspora**. 2014. Tese (Doutorado em Filosofia) – The University of Texas, Austin, 2014.
29. STABILE, Arthur. Em SP, famílias só poderão entregar comida e itens de higiene a presos pelos correios. **Ponte** [online]. São Paulo, 23 de mar, 2020. Disponível em: <https://ponte.org/em-sp-familias-so-poderao-entregar-comida-e-itens-de-higiene-a-presos-pelos-correios/>. Acesso em: 30 out. 2022.
30. TELLES, Vera da Silva. Prospectando a cidade a partir de suas margens: notas inconclusas sobre uma experiência etnográfica. **Contemporânea**, São Carlos, v. 3, n. 2, p. 359-373, 2013.

31. TELLES, Vera da Silva. Cidade: produção de espaços, formas de controle e conflito. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 46, n.1, p. 15-41, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/2423>. Acesso em: 30 out. 2022.
32. TELLES, Vera S. Apresentação: figurações da “guerra urbana”. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 3, p. 521-527, set./dez., 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/S01013300201900030001>. Acesso em: 30 out. 2022.
33. TOSOLD, Léa. Por uma vida sem barragens: corpos, territórios e o papel da autodeterminação na desnaturalização da violência. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 63, n.3, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2020.178182>. Acesso em: 30 out. 2022.
34. VIANNA, Adriana. Tempos, dores e corpos: considerações sobre a “espera” entre familiares de vítimas de violência policial no Rio de Janeiro. In: BIRMAN, Patrícia *et al.* (org.). **Dispositivos Urbanos e a trama dos viventes: ordens e resistências**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
35. VIANNA, Adriana. Desassossego: palavras, tempos e relações em um percurso etnográfico. **EXILIUM Revista de Estudos da Contemporaneidade**, [S. l.], v. 3, n. 5, p. 69-95, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/exilium/article/view/14655>. Acesso em: 20 mar. 2023.
36. VIANNA, Adriana; FARIAS, Juliana. Guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. **Cadernos Pagu**, 37, p. 79-116, jul./dez., 2011.
37. VIANNA, Adriana; LOWENKRON, Laura. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. **Cadernos Pagu**, Campinas, 51, p. 1-61, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/18094449201700510001>. Acesso em: 30 out. 2022.
38. WACQUANT, Loic. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: F. Bastos, 2001, Revan, 2003.

*Milena Mateuzi Carmo*

Pós-doutoranda na Universidade Federal do ABC. Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1716-0233>. E-mail: [mmateuzi@gmail.com](mailto:mmateuzi@gmail.com)